

## CADERNO DE ENCARGOS

(artigo 42º do Código dos Contratos Públicos)

### CONCURSO PÚBLICO

#### Cláusula 1.ª - Identificação do Procedimento

O presente procedimento tem a identificação **“CP07/2025 – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual de Incêndios Rurais para os Corpos de Bombeiros da Região de Coimbra”**, sendo um procedimento por Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), por o valor do contrato ser superior a 221.000,00 €, *ex vi* do artigo 474.º, n.º 3, alínea c) do CCP, e a adjudicação feita por lotes:

Lote 1 – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual das tipologias I, II e III

Lote 2 – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual da tipologia IV

#### Cláusula 2.ª - Objeto do contrato

O presente Caderno de Encargos tem por objeto disciplinar as relações contratuais entre a entidade adjudicante e o adjudicatário, mediante a fixação dos termos e condições para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual de Incêndios Rurais para os Corpos de Bombeiros da Região de Coimbra, designadamente a aquisição de equipamentos de proteção individual das tipologias I, II e III (**LOTE 1**) e a tipologia IV (**LOTE 2**), de acordo com o fixado nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 3.ª - Preço base

1. O preço base, enquanto preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, é de **515.801,89 €** (quinhentos e quinze mil euros, oitocentos e um euros e noventa e nove centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo de considerar este valor repartido pelos diferentes lotes da seguinte forma:  
Lote 1 – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual das tipologias I, II e III: 494.301,89 € (quatrocentos e noventa e quatro mil, trezentos e um euros e oitenta e nove centimos), acrescido da taxa de IVA à taxa legal em vigor;  
Lote 2 – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual da tipologia IV: 21.500,00€ (vinte e um mil e quinhentos euros), acrescido da taxa de IVA à taxa legal em vigor.
2. Os preços unitários a pagar por cada EPI corresponderá ao que for fixado pelo adjudicatário no **Anexo III** (Lista de Preços Unitários) apresentado com a proposta.
3. O valor do contrato inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver para o desenvolvimento e criação dos bens objeto a adquirir, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

#### **Cláusula 4.<sup>a</sup> - Prazo de execução**

1. Sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação, o contrato entra em vigor na data da sua outorga e **vigorará pelo número de dias constantes da proposta adjudicada**, o qual não poderá, desde logo, ultrapassar os 120 (cento e vinte) dias de execução.
2. O adjudicatário obriga-se ao estrito cumprimento do prazo de execução que resultar do **Anexo IV**, enquanto atributo da proposta e documento definidor dos termos de execução do contrato.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup> - Prazo de entrega**

1. O adjudicatário obriga-se a ter de proceder, em cada um dos lotes, à entrega e apresentação dos bens que a entidade pretende adquirir, e que se encontram especificados na Parte II do presente Caderno de Encargos, dentro do prazo do número de dias apresentado pela proposta vencedora, em ambos os lotes serão acrescidos 30 dias à proposta dos concorrentes para a verificação da conformidade dos bens por parte da entidade adjudicante.
2. Os bens objeto de adjudicação no **Lote 1**, deverão ser entregues na Região de Coimbra, em locais a especificar pela entidade adjudicante, podendo ser solicitadas as entregas em até 19 (dezanove) locais diferentes, correspondentes aos 19 (dezanove) Municípios da CIM-RC.
3. Em relação ao **Lote 2**, deverão os mesmos ser entregues na Região de Coimbra, em locais a especificar pela entidade adjudicante, podendo ser solicitadas as entregas em até 2 (dois) locais diferentes.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup> - Pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que podem condicionar a execução do contrato**

Não existem quaisquer pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar a execução do contrato.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup> - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

1. A entidade adjudicante deve proceder, no prazo de **30 (trinta) dias** a contar da entrega dos equipamentos de proteção individual solicitados **em cada um dos lotes**, à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, e seus anexos, e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise da entidade adjudicante a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos e seus anexos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1 do presente artigo.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup> - Conformidade e garantia técnica**

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup> - Dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois (2) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup> - Preço Contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, se este for legalmente devido, o qual não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço definido no convite do procedimento.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas associadas à integral execução de todos os serviços a desenvolver no âmbito do projeto, incluindo os relativos a despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, ou outras.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup> - Condições de pagamento**

1. O preço contratual devido pela CIM-R, nos termos da cláusula anterior, será **paga, em cada um dos lotes, na totalidade** após entrega e validação total dos equipamentos de proteção individual a adquirir por parte da entidade adjudicante.
2. O preço contratual será pago no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
3. Nas faturas deverá ser indicado o número do procedimento, bem como o número sequencial de compromisso.

4. Em caso de discordância por parte da CIM-RC, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup> - Penalidades Contratuais e Resolução**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra pode exigir do prestador/fornecedor, por cada um dos lotes, de forma individualizada, o pagamento de uma **pena pecuniária de 2.000,00€ (dois mil euros) por cada dia de atraso na entrega dos equipamentos de proteção individual previstos no Caderno de Encargos para cada um dos lotes.**
2. Nos casos em que seja atingido 20% do preço contratual, caso o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
3. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do presente contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. Não obstante a aplicação das penalidades, em caso de manifesta necessidade a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra poderá adquirir a outros prestadores os serviços em falta, ficando a diferença de preços, se a houver, a cargo do adjudicatário faltoso.
5. As penas pecuniárias previstas não obstam a que a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra possa, nos termos legais, exigir uma indemnização pelos danos excedentes provocados.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup> - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

**Cláusula 14.<sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente indemnizações legais contratuais devidas, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, ao abrigo do disposto nos artigos 333.º e 448.º do CCP.

**Cláusula 15.<sup>a</sup> - Resolução do contrato por parte do adjudicatário**

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos nos artigos 332º e 449.º do CCP.

**Cláusula 16.<sup>a</sup> - Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização escrita da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de incumprimento pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, pode a CIM Região de Coimbra obrigar, nos termos do artigo 318.º-A do CCP o cocontratante a ceder a sua posição contratual ao concorrente do presente procedimento pré-contratual classificado por ordem sequencial.

**Cláusula 17.<sup>a</sup> - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 18.<sup>a</sup> - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, conforme previsto no artigo 471.º do CCP.

**Cláusula 19.<sup>a</sup> - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup> - Legislação aplicável**

Em tudo o que não estiver expresso neste documento será aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup> - Proteção de Dados**

1. O cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD).
2. A entidade adjudicante, no caso de suspeitar da verificação de algum incumprimento do RGPD, deve notificar o cocontratante para este, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
3. Caso o cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a entidade adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do fornecedor, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
4. No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do cocontratante, este deverá, no prazo de 10 (dez) dias, pôr fim ao incumprimento e demonstrá-lo à entidade adquirente.
6. O não cumprimento do RGPD é considerado, para todos os efeitos, um incumprimento muito grave do contrato, podendo a entidade adquirente resolver o contrato.
7. Caso o fornecedor impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente Cláusula, a entidade adjudicante poderá resolver o contrato, por incumprimento muito grave do cocontratante.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup> - Especificações Técnicas**

##### **Parte I - Disposições Gerais**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
  - b) Obrigação de garantia dos bens;
  - c) Obrigação de continuidade de fabrico;
  - d) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos, patentes e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
  - e) Assumir os encargos decorrentes da utilização ou fornecimento de marcas registadas, patentes ou licenças.
2. Conformidade e operacionalidade dos bens
  - a) O fornecedor obriga-se a entregar na sede das Bibliotecas Municipais os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos;

- b) Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento;
- c) É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;
- d) O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

## **Parte II - Disposições Especiais**

As disposições especiais são as constantes do “**ANEXO A - Características e Especificações Técnicas dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para Combate a Incêndios em Espaços Florestais**”, que é parte integrante do presente Caderno de Encargos e que será disponibilizado aos concorrentes, juntamente com as peças do procedimento, na plataforma eletrónica de contratação.

### **Anexos:**

Anexo A – Especificações Técnicas.

O Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Brito)